Convergências históricas na emergência dos estudos sobre mulher e gênero

LÚCIA AVELAR

RESUMO

■ O objetivo deste artigo é apresentar um quadro sintético acerca de acontecimentos históricos que engendraram a emergência dos ativismos das mulheres, a construção de uma nova área de estudos e pesquisas – os estudos sobre mulher e gênero –, assim como os avanços alcançados nas políticas de promoção de igualdade de gênero.

ABSTRACT

■ The aim of this article is to present a summary of historical events that have generated the emergence of women's activism, the construction of a new area of studies and research – studies on women and gender – as well as the advances made in the promotion policies of gender equality.

■ O desafio a que me propus neste trabalho foi o de apresentar um quadro sintético dos acontecimentos históricos que propiciaram a emergência dos ativismos das mulheres, a construção de uma nova área de estudos e pesquisas – os estudos sobre mulher e gênero –, assim como os avanços alcançados nas políticas de promoção de igualdade de gênero[1]. Sabemos que o esforço de discutir o ocorrido nas

1 O presente texto é parte de uma pesquisa em andamento sobre os primeiros núcleos de estudos sobre as mulheres na América Latina. Os dados para os demais países além do Brasil ainda são poucos. No entanto, importante assinalar, que muitos dos núcleos pioneiros contam ainda com suas primeiras investigadoras, algumas das quais estamos em contato. Na (cont.)

últimas cinco décadas deixa de lado a riqueza das experiências vivenciadas durante gerações, como os primeiros trabalhos, debates e conferências, e os inúmeros conflitos na construção de um edifício que é um misto de ativismos, disciplinas acadêmicas das mais diversas, visões de mundo que se recriaram e se recriam conforme as especificidades das culturas regionais e locais (Woodward & Woodward, 2010). Destacando o caso brasileiro, permiti-me, em algumas passagens, fazer referência a outros países da América Latina, embora alguma contribuição virá apenas de uma indicação bibliográfica inicial.

Em uma breve apresentação chamamos a atenção, em primeiro lugar, do período posterior à Segunda Guerra Mundial, quando a Europa dividiu com os Estados Unidos sua hegemonia econômica e cultural no continente latino-americano (Dezalay & Garth, 2002). Após 1945, os norte-americanos desdobraram-se em novas estratégias para ampliar seu poderio militar, econômico e cultural, embora internamente sofresse com os levantes da população afro-americana que, principalmente na década de 1960, protestava por direitos civis, pelo envio de tropas para as guerras imperialistas, em especial a guerra do Vietnã, em um período politicamente convulsionado especialmente pelo assassinato do então presidente John F. Kennedy. Concomitantemente, as fundações filantrópicas norte-americanas, enriquecidas com a expansão da indústria bélica e do consumo das classes médias, direcionavam seus lucros para as organizações civis na luta pela igualdade de direitos, ao mesmo tempo que se tornavam o braço direito de uma política externa voltada para a hegemonia norte-americana. Um dos casos proeminentes foi o da Fundação Ford, como mostraremos adiante.

Da Europa, o continente latino-americano recebia os ecos dos movimentos da juventude que culminaram nas chamadas "barricadas de 1968", quando uma nova geração foi para as ruas para exigir direitos iguais tanto para mulheres quanto para outras minorias que não se viam privilegiadas pelo Estado de Bem-estar. Mas, igualmente, expandiam seus investimentos nos países da periferia do mundo capitalista, como nas instituições universitárias, políticas e de defesa dos direitos humanos, dando continuidade à influência secular europeia na América Latina.

Em segundo lugar, destacarei o período das ditaduras, quando governos de exceção tomaram lugar de governos eleitos democraticamente com o objetivo de controlar os conflitos sociais e políticos decorrentes das desigualdades sociais ex-

(cont.) maioria dos casos, as pioneiras vivenciaram as ditaduras militares de seus países, exilaram-se e receberam apoio financeiro de entidades europeias e norte-americanas.

tremas. Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Equador, Paraguai e Peru, particularmente a partir dos anos 1960, contavam com as fundações de financiamento dos países ricos que acolhiam os presos políticos exilados, inclusive as mulheres que tomaram conhecimento dos movimentos feministas dos países do centro assim como dos "estudos sobre mulher" promovidos por departamentos de importantes universidades.

Registramos, também que, nessa mesma época, na década de 1960, as universidades latino-americanas expandiam os cursos de pós-graduação nas ciências humanas, como foi o exemplo da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO), no Chile, que recebia estudantes do continente sul-americano e docentes europeus e norte-americanos[2]. Dada a recente experiência da industrialização e urbanização intensa, esses países contavam, em escala crescente, com mulheres nos cursos de graduação e de pós-graduação, profissionalizando-as e mudando seu perfil educacional. Em consequência, mudava-se também seu horizonte político.

Em terceiro lugar, relacionarei o ativismo das mulheres, principalmente à época das ditaduras, e a abertura dos estudos sobre mulher e gênero que acompanhavam o fenômeno. Uma breve digressão sobre numerosos grupos de socialização política e de educação popular que já atuavam desde as décadas de 1950 e 1960, abrangendo tanto as mulheres das classes populares quanto mulheres de classe média. Ao se incorporarem nas lutas contra as ditaduras quando um grande número de mulheres foi exilado, refletiram sobre a desigualdade de poder nas organizações de esquerda ao lado de seus companheiros, assim como na forma peculiar em que eram tratadas nas prisões. Foi o que as levaria à descoberta dos movimentos feministas (Barrancos, 2018, no prelo).

Os estudos acadêmicos acompanharam o novo ativismo das mulheres, registrando suas experiências e introduzindo temáticas até então não contemplada nas Ciências Sociais. Temas como violência contra a mulher, assédio sexual, direitos reprodutivos, desigualdade de gênero, justiça racial e de gênero e direitos quanto à orientação sexual nasceram da observação da realidade daqueles movimentos.

2 Fábio Wanderley Reis registra os inícios daqueles anos na FLACSO e o contato com correntes teóricas e metodológicas diversas daquelas que predominavam nas Ciências Sociais. A forte influência francesa foi substituída pela orientação norte-americana. Mais tarde, aqueles estudantes pós-graduados se encaminharam para as universidades dos Estados Unidos com o apoio da Fundação Ford. Ver em: <www.cpdoc.fgv.br/sites/default/files/cientistas_sociais/fabio_wanderley/trascrica>. Acesso em abr. 2018.

Histórias marginalizadas que se tornaram parte do *mainstream* de um outro campo de estudos e pesquisas (Shayne, 2012).

Teria sido possível se as instituições de financiamento dos países desenvolvidos não investissem naqueles estudos até então não contemplados na investigação acadêmica? Esta é uma discussão que traz elementos de enorme ambivalência no campo argumentativo. Além disso, por quais razões os centros de estudos sobre mulher e gênero na América Latina hoje invocam sua autonomia em relação aos paradigmas firmados nos centros desenvolvidos? Após cinquenta anos, as latino-americanas não mostram hoje sua vitalidade e particularidades que as colocam como paradigmáticas a partir do próprio continente e reverenciadas pelos estudiosos dos países centrais?

Por fim, este texto traz breves apontamentos sobre o que foi alcançado no plano governamental e nas políticas públicas para a promoção da igualdade de gênero.

1. O PÓS-GUERRA, OS MOVIMENTOS POR DIREITOS E AS FUNDAÇÕES DE FINANCIAMENTO

■ Após a Segunda Guerra Mundial, em especial na década de 1950, os norte-americanos experimentaram um enorme crescimento da riqueza devido à expansão da industrialização[3]. Inúmeras fundações ligadas às indústrias acumularam recursos para investir nas artes, no financiamento de movimentos pró direitos civis, nas entidades voltadas à pesquisa sobre mulheres, negros, minorias, competindo assim com a hegemonia europeia no campo das *rule of law* (Levy, 1996). Internamente, os movimentos afro-americanos lutavam por direitos civis; os movimentos de mulheres reclamavam por oportunidades iguais na profissão, na política e na sociedade, organizando ações coletivas que até as décadas anteriores eram pontuais e sem lastro territorial. Emergiu, então, uma nova era dos movimentos de mulheres e feministas que ganhava adeptos crescentes e legitimidade aos olhos da sociedade.

Durante o período da Guerra Fria, com tensões e conflitos entre os Estados Unidos e a União Soviética, o império americano procurava adeptos para fortalecer sua posição hegemônica no Ocidente. Suas agências governamentais financiavam os golpes na América Latina, enquanto algumas fundações investiam em

3 Ver o estudo de W. Korey sobre o crescimento da indústria automobilística norte-americana e as razões pelas quais a Fundação Ford tornou-se uma das principais entidades dos estudos pós-graduados e da área dos estudos sobre a mulher.

cursos de pós-graduação, nos movimentos sociais e entidades ligadas aos direitos humanos. A principal fundação a investir nos cursos de pós-graduação foi a Fundação Ford – além da Rockfeller, United Nation Procurement Division, Sirec Community Trust Inc., OXFAM NOVIB, Neumann, Fundação Mediterrânea. Em plena Guerra Fria, a questão era como neutralizar os nacionalismos e correntes de esquerda nos movimentos de enfrentamento às ditaduras[4].

Em alguns casos, as ditaduras foram implantadas ao longo de um processo, com deposições de presidentes e diversos conflitos, mas é possível afirmar que a primeira foi na Guatemala em 1954. No Paraguai, a ditadura foi uma das mais longas, entre 1954 e 1989. No Brasil, entre 1964 e 1985; na Bolívia, em 1964; na Argentina, em 1976; no Uruguai, entre 1973 e 1985; no Chile, entre 1973 e 1988; no Peru, em 1968; na República Dominicana, em 1978; e na Nicarágua, em 1979. O México foi governado por um partido único, o Partido Revolucionario Institucional (PRI), entre 1929 e 2000, ou seja, durante 71 anos. O PRI, acusado de corrupção e crime organizado, praticava uma regra de escolha do futuro presidente pelo presidente de plantão[5].

Tanto o Chile quanto Argentina, México e Brasil receberam enormes investimentos nas áreas das Ciências Sociais e nas organizações dos direitos humanos. No Chile, o golpe militar, em setembro de 1975, liderado por Augusto Pinochet, logo seria visto como um dos focos de violação de direitos entre os prisioneiros políticos. Ali, organizações da Igreja católica começaram a funcionar, e os cardeais católicos ganharam a confiança de outras fundações internacionais para defender as vítimas, além de organizações de defesa dos direitos que contavam com profissionais liberais, como médicos, advogados e assistentes sociais que documentavam as torturas, mortes, desaparecimentos, levando a uma onda de imigração entre os países e depois para o exterior. A Fundação Ford investiu milhares de dólares também na Argentina. Considerada uma das ditaduras mais sangrentas, muitos recursos foram direcionados aos intelectuais presos e exilados, às Madres de la Plaza de Mayo, uma organização que teve grande impacto internacional, além de fundos para educação dos filhos dos milhares de desaparecidos políticos.

---

4 Apenas no Brasil, cerca de cem mil dólares foram investidos em pesquisa sobre educação e trabalho. Em 1975, quinhentos mil dólares foram para organizações não governamentais de direitos humanos (Korey, 2007; Dezalay & Garth, 2002)

5 A bibliografia é numerosa. Uma indicação inicial para a América Latina: Dezalay & Garth, "O imperialismo da virtude", *Le Monde Diplomatique Brasil*, 1º maio 2000. Para o caso do Brasil, ver: Miceli, 1993; Forjaz, 1997; Santos Rocha, 2017; Canedo, 2016, entre outros.

As suspeitas sobre as fundações estrangeiras – principalmente as norte-americanas – eram correntes nos países latino-americanos. Se os norte-americanos financiavam os golpes no continente, forneciam equipamentos e crédito aos governos militares, estariam também as fundações de pesquisa aliadas a essa política? Segundo os dados de W. Korey, ao longo das décadas seguintes, uma parcela dos executivos da Fundação Ford sofreria pressões de seu governo dentro do próprio *staff* por apoiar movimentos contra as ditaduras. Contudo, a liberdade intelectual dos financiados sempre fora garantida. Segundo relatos de pesquisadores dos respectivos países, era preciso diferenciar agências norte-americanas de governo e fundações de financiamento de pesquisa.

Se antes predominavam os recursos para as pesquisas demográficas – como o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), 1973-1978 –, que tinham como objetivo o controle populacional no país, em seguida ganharam importância os direitos das mulheres, em vista do seu crescente ativismo. Desde 1973, os reclamos das mulheres eram ouvidos no próprio *staff* da Fundação Ford devido à situação de inferioridade feminina na instituição e suas dificuldades para se alçarem aos cargos mais altos da organização. No México, a Ford deu prioridade ao tema das mulheres, assim como no Brasil, nos movimentos das mulheres afro-brasileiras, indígenas e mulheres da floresta. Não sem razão, as décadas de 1980 e 1990 foram testemunhas de como as mulheres se tornaram novos atores políticos e democráticos nos países da América Latina (Montaño, 2015).

2. SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA, MOVIMENTOS E DITADURAS MILITARES: O CASO DO BRASIL[6]

■ No Brasil, nas décadas de 1940 e 1950, diversas instituições promoviam a conscientização política, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), movimentos de base socialista, a Igreja católica de esquerda e de inspiração francesa, associando estudantes, universitários, agricultores, trabalhadores de fábricas e prestadores de serviços, organizando os primeiros movimentos rurais e os de periferias urbanas, que recebiam populações migrantes principalmente dos estados

6 Uma breve indicação sobre os autores que estudaram as ditaduras da América Latina: Stepan, 1973; O'Donnell, 1973; Linz, 2000; Pereira, 2010; Souza, 2003; Quadrat, 2010. Sobre a ditadura no Brasil, o período, paradoxalmente, estimulou um grande número de publicações. Entre muitos ver, O'Donnell e Reis, 1988; D'Araújo e Soares, 1994-1995; Santos, 2003. Ver também os relatórios publicados pela Comissão Nacional da Verdade.

mais pobres[7]. Um denso período de educação popular no Brasil se deu entre 1958 e 1964 (Soares e Fávero, MEC, UNESCO).

Uma instituição de impacto foi a Igreja católica, com as Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, as CEBs, criadas por padres e bispos e arcebispados. Eram pequenas comunidades centradas em uma paróquia com atividades de catequese, alfabetização de adultos, formação de educadores populares e sindicalistas oferecendo cursos de história, formação de líderes e relacionamento com o poder público. Constituíram uma grande rede de agentes pastorais que se preocupavam em formar militantes. Recebiam vendedores ambulantes, donas de casa, pessoas que viviam sem cobertura nos serviços essenciais básicos, isto é, sem iluminação das ruas, água encanada, postos de saúde nem coleta de lixo. Não há exatidão quanto ao número de CEBs, mas calcula-se que eram perto de 80 mil na década de 1980, segundo Frei Betto (1985). Grande parte dos padres que trabalhavam nas CEBs eram estrangeiros de formação socialista da igreja francesa. Calcula-se também que as mulheres eram 62% das participantes das CEBs e trabalhavam nas comunidades e serviços subordinados aos clérigos (Franco dos Santos, 2006). Mais tarde, a intersecção entre movimentos de esquerda, Igreja católica e movimentos feministas levaria a impasses principalmente no campo dos direitos reprodutivos, em particular, na luta pelo aborto legal.

Teses e dissertações, principalmente das áreas de Educação e História, dão conta de como as mulheres participaram das CEBs desde as décadas de 1960 e 1970, a maioria delas hoje com 70 e 80 anos, conforme os registros encontrados e entrevistas. Por meio da militância, tomavam consciência dos seus direitos e encontravam o feminismo com o passar do tempo. As mulheres da periferia lutavam pelos direitos básicos, e as feministas de classe média reivindicavam direitos civis e distribuição de poder na família e na sociedade. A trajetória de ambos os grupos quase sempre foi a mesma, primeiro elas entraram na política pelos movimentos populares e políticos e depois pelo feminismo.

Importante destacar a efervescência cultural e política da década de 1960 no mundo ocidental, com jovens partindo para novas experiências existenciais e pelo enfrentamento de códigos e valores conservadores embebidos pela literatura e o cinema, música e artes plásticas, particularmente nos países de mais alto nível de bem-estar social. Lembremos os movimentos da juventude francesa em

7 Ex-militantes do PCB e depois feministas, o PCB atrasou o feminismo porque absorveu mulheres líderes.

1968, os *hippies*, os movimentos de contracultura. A América do Sul vivia, a seu modo, a revolução cultural que ocorria nos países centrais da Europa ocidental e dos Estados Unidos, em grande parte devida às elevadas taxas de urbanização e à maior exposição aos meios de comunicação, uma revolução que se expressou nas propostas de vida anticapitalistas, nos nacionalismos, nas críticas às guerras imperialistas, na literatura existencialista, nas artes e humanidades. Os regimes autoritários instalados na América Latina tentavam esvaziar os movimentos sociais radicais que queriam a mudança do sistema político dominado pelas elites tradicionais (Hagopian, 1996).

Os militares firmaram-se como os guardiões de uma "nova industrialização", concentrada em polos geográficos caracterizados por grande modernidade tecnológica e de um mercado de trabalho de impacto nacional, levando a transformações estruturais como urbanização, crescimento eleitoral, maior escolaridade e menor taxa de fertilidade e a incorporação de populações de origem rural na força de trabalho, criando novas estratégias de sobrevivência familiar.

Os movimentos sociais e partidos de esquerda foram reprimidos, levando os grupos à situação de clandestinidade, e ali estavam as mulheres nos grupos armados e de guerrilha enfrentando prisões, censuras, exílios e mortes. D'Alambert (1988), Ridenti (1990), Wolff (2007), Bastos (1987), Franco dos Santos (2006), Telles e Santacruz (2013), Souza Bastos, Garcia, P. Gonçalves (2007); Goldemberg[8]. Além disso, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) desenvolveu uma linha de pesquisa no programa de pós-graduação em História, intitulada "Histórias entrecruzadas de subjetividades, gênero e poder", que acabou se tornando um dos maiores acervos sobre a participação feminina nas ditaduras do Cone Sul[9].

A grande maioria das camadas médias intelectualizadas de estudantes e professoras, acima de 75%, ingressava nos movimentos estudantis das mais variadas correntes ideológicas ou nas alas dos partidos de esquerda. Descobrindo a insur-

8 Antes de mais nada, é preciso destacar que o ativismo das mulheres na época da ditadura é um capítulo à parte. Os estudos sobre o período continuam sendo objeto de interesse dos pesquisadores. Os relatórios da Comissão Nacional da Verdade, desde a possibilidade do acesso público, tornaram-se uma fonte de dados do período. Foram ouvidas quase 300 mulheres, a maioria do Sudeste do país. É preciso notar a importância dos acervos como espaços de memória e resistência. Ver também o *Jornal Brasil Mulher* (1975-1980) e jornal *Nós Mulheres* (1976-1978).

9 Ver Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff, "Nosotras e círculo de mulheres brasileiras: feminismo tropical em Paris", *ArtCultura*, v. 9, n. 14, p. 55-69, 2007. O artigo oferece excelente bibliografia sobre o tema.

gência, o projeto dessas mulheres não era apenas derrubar o regime, mas também revolucionar os costumes, os valores e as relações sociais de gênero profundamente desiguais. Guiavam-se por novos comportamentos afetivos e sexuais, métodos anticoncepcionais e recursos às terapias, tal como pode ser lido em Costa (1986, p. 34).

Foi aí que se abriram oportunidades para militâncias de resistência, grupos políticos e culturais, dentre eles as mulheres se aglutinando em novos movimentos. Segundo numerosa bibliografia publicada nas últimas décadas, o exílio foi uma das grandes escolas para o feminismo, mulheres que vinham da militância e descobriam os estudos e o ativismo no exterior.

Alguns exemplos de trajetórias ilustram as origens e caminhos percorridos por algumas das mulheres de organizações de esquerda que foram exiladas, afirmando que foi no exterior, após o fracasso da luta armada durante a ditadura militar brasileira, que descobriram o feminismo, ao constatarem o machismo dentro das próprias organizações políticas (Costa, 1970; Abreu, Maira; Larissa Correa; Ayla Camargo). No livro de Wolff, Faveri e Ramos, *Leitura em rede: gênero e preconceito*, publicado em 2007, as autoras apresentam, a partir de documentos localizados na Bibliotèque de Documentation Contemporaine, de Paris, o início, em meados de 1960, seguindo o que ocorria nos Estados Unidos e na França, da participação nos grupos de consciência. O exemplo de Danda Prado, que foi para a França em meados de 1970, após a prisão de seu pai Caio Prado Júnior. Simone de Beauvoir havia se hospedado com Danda Prado quando veio ao Brasil. Ao procura-la em Paris, Simone a indicou para um grupo introdutório de discussão sobre o feminismo, pois a exiladas falavam apenas de revolução e nada sobre as mulheres, patriarcado, dominação[10].

Dois grupos se destacaram: o Círculo de Mulheres de Paris (1976-1979) e o Grupo Latino-americano de Mulheres (1972-1976) – este último o que publicou o jornal *Nosotras*, de 1974 a 1976, em português e espanhol. O encontro de exiladas dos países que viveram as ditaduras na América Latina fez com que desenvolvessem laços de solidariedade por meio da reflexão. Apesar das diferenças de classe, nacionalidade, faixa etária, no fundo, as vivências de opressão das mulheres eram as mesmas. Juntas, discutiam sobre os símbolos do feminismo, como o Espelho de Vênus, e firmavam seus objetivos políticos e objetivos feministas (Abreu, 2010).

---

10 Sobre a trajetória de Danda Prado, ver Maíra Abreu: *Feminismos latino-americanos na Europa: diásporas, diversidades, deslocamentos*, 2010. Disponível em: <http://repositório.unicamp.br/bitstream/reposit/28166711/Abreu Maira M pdf>.

Essas mulheres não se reconheciam feministas, até porque nas atividades políticas que refletiam avanços na sua condição feminina, nas organizações clandestinas continuavam ocupando posições submissas e realizando tarefas próprias da condição doméstica. O exílio foi a grande escola do feminismo, pela situação familiar desamparada, aprendendo na prática e nos debates sobre a desigual situação das mulheres. O livro de Costa *et al.*, intitulado *Memórias das mulheres do exílio*, resultou de uma pesquisa financiada pela Fundação Ford. Vários depoimentos reafirmam que a insurgência das mulheres contra a ditadura foi mais do que um comportamento político transgressor, mas uma tentativa de virar às avessas o destino traçado para a vida doméstica. Segundo Ridenti (1990), a especificidade do feminismo brasileiro é que foi iniciado nas camadas médias, nos movimentos de mulheres, e expandiu-se e articulou-se com as camadas populares e organizações de bairros. Alguns desdobramentos dos movimentos de mulheres ocorreram à medida que os interesses se concentravam em demandas específicas. Citemos o exemplo do feminismo negro, um dos primeiros a se autonomizar. Do ponto de vista da interseccionalidade, é um movimento que converge em uma luta contra o racismo e o sexismo. Lélia Gonzalez, militante da década de 1970, uma das pioneiras, mostra a discriminação da mulher negra no mercado de trabalho e sua situação na educação e na saúde (Rios, 2016).

Ocorreram muitos conflitos com o próprio Movimento Negro, com os movimentos sociais de base, com o movimento feminista e com a integração à esfera política. Mas são inegáveis as conquistas no nível interno de suas organizações, na construção de redes de solidariedade com outros movimentos, nas representações municipal, estadual e federal, como sua participação no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), em conferências internacionais da Organização das Nações Unidas (ONU), na criação da SPM e SEPPIR em 2003, e com acadêmicas construindo a ponte entre os movimentos e sua legitimação no campo dos estudos multiculturais e multirraciais. Da mesma maneira, outros movimentos foram se organizando a partir de suas especificidades: as mulheres trabalhadoras da terra, do campo e da floresta.

Nos trabalhos da Constituinte em 1988, as ONGs feministas e redes de articulação profissionalizaram-se, entre outras a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) (1994), o braço brasileiro da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) (2000)[11] e a União Brasileira de Mulheres (UBM) (1988). Sua gênese foi influen-

11 A MMM tem um comitê internacional com dois representantes por região do mundo, além dos comitês estaduais e incentivo aos comitês locais.

ciada pela grande mobilização das organizações feministas no contexto pós-Conferência Mundial de Pequim (1995). Naquele momento, redes e organizações foram massivamente convocadas para os debates preparatórios da conferência das Nações Unidas, e saíram fortalecidas do processo (Rangel, 2012; 2016).

As principais atividades exercidas pelas redes foram e ainda são acompanhamento das agendas governamentais, *advocacy* no Executivo e Legislativo; articulação política, comunicação política, educação e formação política, formação profissional, capacitação, produção de conhecimento, elaboração e difusão de material informativo, gestão institucional, ações públicas, reuniões nacionais e estaduais, debates, assembleias, cursos e seminários, ações junto a outros movimentos e execução de projetos, pressionar e dialogar com o Estado.

3. COMO OS MOVIMENTOS DE MULHERES E FEMINISTAS TORNARAM-SE O MAINSTREAM DE UMA NOVA ÁREA DE ESTUDOS E PESQUISA: O PAPEL DA FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

■ A exemplo do que havia ocorrido na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1965, quando a Fundação Ford financiou o Departamento de Ciência Política (DCP) para a implantação do curso de mestrado em Ciência Política; em 1969, quando deu suporte para a fundação do Cebrap; e em 1967, quando financiou o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), em 1974, iniciou os financiamentos para os estudos sobre a mulher no Brasil, e a Fundação Carlos Chagas (FCC) foi a instituição escolhida, dado o prestígio nas pesquisas sobre educação além de uma equipe que mantinha intercâmbio de ideias entre a Europa e os Estados Unidos no campo dos *Women's Studies* (Canedo, 2009).

Tal suporte financeiro se deu com enormes controvérsias. Tanto no DCP/UFMG quanto na Fundação Carlos Chagas, o financiamento da Ford em pleno regime militar foi motivo de enormes desconfianças. Na UFMG, houve fortes manifestações dos alunos contra aquilo que seria um instrumento do imperialismo estadunidense (Reis, 2014). Na Fundação Carlos Chagas, a equipe sofria os mesmos constrangimentos relatados por Reis, devidos à participação do órgão de inteligência dos Estados Unidos, a CIA, no golpe de 1964. Confundiam-se agências de governo norte-americano com instituição de financiamento, cujos representantes eram, no geral, indivíduos graduados nas melhores universidades e bem informados quanto ao contexto nacional, o que levantava suspeitas de espionagem e cooptação das lideranças no meio da exploração capitalista (Costa, Barroso & Sarti, 1985).

Por que financiar coisas do feminismo que, afinal, eram coisas da mulher burguesa? Financiar o tema da mulher e sua proximidade com os movimentos de mulheres não teria como objetivo esvaziar a luta mais ampla pela conquista dos direitos contra um Estado elitizado e oligarquizado?

A Fundação Carlos Chagas foi fundada em 1964 na cidade de São Paulo com o objetivo de prestar serviços e elaborar pesquisas sobre a educação. Logo firmaria seu prestígio em especial por oferecer pesquisas empíricas e subsídios à gestão pública. Em meados da década de 1970, reuniu um grupo com forte empenho na pesquisa sobre uma área até então inexistente no país: a área de estudos sobre as mulheres. As pesquisadoras ali organizadas apresentavam uma produção sistemática, crítica, e acompanhavam a experiência europeia dos estudos feministas e do *Women's Studies* nos Estados Unidos. A Fundação Ford se interessou pela nova área proposta pela Carlos Chagas. Com o financiamento, foi iniciado em 1978 um Programa de Dotação de Pesquisa sobre a Mulher, com chamadas nacionais e seleção que levava em conta a representação regional. Assim, o programa teve acesso à produção disseminada no país das pesquisadoras isoladas, sem apoio financeiro e de baixo reconhecimento.

Foram realizados oito concursos entre 1978 e 1998 – ou seja, durante duas décadas –, cujos resultados podem ser avaliados em numerosos artigos dos *Cadernos de Pesquisa* da Fundação Carlos Chagas e em livros publicados no período e posterior a ele. O primeiro concurso, divulgado em 1977 e iniciado em 1978, optou por uma metodologia inovadora na seleção, acolhendo projetos de temas e áreas disciplinares diversas, como Sociologia, História e Antropologia. As pesquisas eram monitoradas pela equipe, com debates em seminários com o objetivo de avançar na reflexão teórica e nos procedimentos da pesquisa que incluíam um leque de estratégias como entrevistas, história oral, fontes históricas, dados secundários, fotos, vídeos etc. Os concursos acabaram se tornando a espinha dorsal dos estudos sobre a mulher no Brasil.

Pela dificuldade de nos reportamos ao conjunto da obra, concentramos a coleta de informações sobre a FCC em alguns artigos, a maioria deles generosamente apontada por Albertina de Oliveira Costa, pesquisadora fundadora da equipe da fundação.

No artigo "Pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto?", de 1985, Albertina de Oliveira Costa, Carmen Barroso e Cynthia Sarti, publicado no número 54 dos *Cadernos de Pesquisa* da Fundação Carlos Chagas, as autoras oferecem um minucioso levantamento da produção científica que resultou da experiência do grupo com os concursos realizados até aquela data, além da vivência

junto aos movimentos de mulheres àquela altura vibrante e multifacetado. Em 1985, a equipe da Fundação Carlos Chagas já havia promovido pelo menos três concursos de dotação, o que lhe permitia ter em mãos um quadro das principais temáticas dos estudos, da origem disciplinar e regional das pesquisadoras, suas referências teóricas e empíricas, a qualidade das propostas.

Apesar do curto período analisado, as autoras propõem uma periodização para avaliar os desdobramentos que o impacto do feminismo e do movimento organizado de mulheres produzira, afirmando que o corte histórico que separa o antes e o depois dos estudos sobre a mulher na produção das Ciências Sociais é a existência do movimento organizado de mulheres, do movimento social e dos elos da produção acadêmica com os movimentos. Mostram como se dera até ali a sua expansão, com a incorporação do tema nas associações científicas e seminários nacionais e internacionais. Notam que a expansão da pós-graduação, a partir dos anos 1970, estimulou um maior número de pesquisadoras a abraçar o tema da mulher[12].

Antes de 1970, afirmam, os raros estudos sobre a mulher encontravam-se em um verdadeiro limbo. Entre 1970 e 1975 ainda é pré-história, tais como os primeiros estudos acadêmicos de Heleieth Saffioti, com o livro *A mulher na sociedade de classes*, e Eva Blay, que estudou a mulher na força de trabalho industrial. Outros temas como a saúde da mulher emergiam e, em especial, os temas do aborto e contracepção, a violência contra a mulher, a sexualidade, educação sexual, comportamento político. Outro destaque foi a emergência da imprensa feminista na segunda metade da década de 1970 com os jornais *Brasil Mulher* e *Nós, Mulheres* (Cruz Leite, 2003).

A ONU, ao declarar 1975 como o Ano Internacional da Mulher, e promovendo a primeira Conferência Mundial sobra a Mulher na Cidade do México, fortaleceu e encorajou a investigação sobre o tema. As conferências internacionais que se seguiram, como a de Nairobi em 1985, e a de Pequim em 1995, foram os acontecimentos que mais chamaram a atenção por mobilizarem mulheres de todo o mundo.

Foi nos desdobramentos dos concursos da FCC, afirmam Costa, Barroso e Sarti (1985), que a investigação sobre a temática da mulher passou a apresentar maior rigor teórico. Os contornos daquela nova área de estudos e pesquisa se diferenciava da produção tradicional das Ciências Sociais, mas sem uma definição clara do espaço institucional que ocupava. Estudos sobre mulher, afinal, o que é isto? As pesquisadoras viviam sob fogo cruzado: são pesquisadoras ou militan-

12 Ver também Goldberg, 1989; Heilborn & Sorj, 1999.

tes? O fogo cruzado também abrangia a questão do financiamento pelo suporte da Fundação Ford, acusada de imperialismo, mas que acabou sendo o suporte institucional da pesquisa sobre a mulher que a FCC organizava e implementava conforme os parâmetros das pesquisadoras da casa. A ambição era de constituir uma produção acadêmica cujo objeto era a mulher, sua participação na sociedade e na política e em diálogo com os movimentos sociais e reconstituindo a presença destas na história, procurando mostrar que suas ações foram neutralizadas pelas abordagens tradicionais.

Como a maioria dos estudos eram empíricos, eles sofriam, de um lado, a acusação negativa de recorte do objeto sem implicações generalizantes[13]. No entanto, foi tal empenho que jogou luz em novas áreas de pesquisa e propiciou uma *accountability* horizontal, devido à dinâmica do acompanhamento.

Costa, Barroso e Sarti (1985) também empreendem um profícuo debate sobre as dotações fragmentadas para pesquisas individuais. A FCC apresentava uma produção sistemática, como a série publicada nos *Cadernos de Pesquisa*, bibliografias anotadas, cursos e seminários. No decorrer dos vinte anos do concurso, foram financiados um total de 170 projetos, sendo 94% de autoras mulheres[14]. No livro organizado por Costa e Bruschini de 1992, encontramos artigos sobre feminismo, movimentos sociais, gênero e classe social, balanço sobre a mulher no mercado de trabalho, além de debates sobre teoria e métodos nos estudos feministas e sobre o uso de abordagens quantitativas em pesquisas sobre as relações de gênero.

No livro organizado por Bruschini e Unbehaum, em 2002, há uma coletânea de artigos sobre os vinte anos de concurso. Bruschini declara como aquele trabalho foi parte da vida de toda a equipe. Mais de 90% das pesquisas foram concluídas e depois publicadas em livros, artigos, inspirou a criação de uma revista de inserção internacional, núcleos de estudos de gênero, estimulando e formando militantes, profissionais de ONGs e de conselhos estaduais e municipais, além de assessoras para as Nações Unidas, um Centro de Documentação, estimulando a pesquisa nas várias regiões do país. Em síntese, a Fundação Carlos Chagas ao longo do Programa de Dotações foi a instituição que implantou os estudos de mulher e gênero no Brasil, com equipe meritória, crítica, de acompanhamento e

13 Por outro lado, como nos artigos direcionados à Ciência Política, como os de Gláucio Soares, Fábio W. Reis, Otávio Amorim e Reis, postulavam-se a necessidade de estudos empíricos na ciência política e uma avaliação qualitativa da produção recente, o que se aplicaria também aos estudos sobre mulher e gênero, acusando a área de ensaísmo e de qualidade duvidosa.

14 Para uma leitura sobre os concursos da FCC, ver Bruschini & Unbehaum, 2002, e Costa *et al.*, 1992.

avaliação do que mereceria crédito na pesquisa. O que demonstra que, tal como o Departamento de Ciência Política da UFMG foi o grupo que trouxe a Ciência Política para o Brasil, assim também foi a Fundação Carlos Chagas que inaugurou a área de estudos sobre a mulher no Brasil.

Nas palavras de Stolcke (2014), os elos estabelecidos entre a pesquisa sobre a mulher e os movimentos de mulheres foram alguns dos motivos pelos quais a FCC desempenhou um papel crucial na formação do campo de estudos sobre a mulher e gênero no país. Como instituição autônoma e distante da censura militar direta, o trabalho fluiria sem intervenções externas à instituição.

Aos poucos, as associações científicas acolheram as pesquisadoras. Primeiro a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), depois a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), a Associação de Sociólogos do Estado de São Paulo e a Associação Brasileira de Antropologia (ABA). O primeiro grupo GT ANPOCS sobre mulheres foi uma iniciativa de Fanny Tabak. Já as conferências internacionais eram espaços de discussão, de diálogo acadêmico e ativista para além das fronteiras regionais e disciplinares, além da Latin America Studies Association, uma instituição que logo acolheu os *papers* e grupos de trabalho sobre as mulheres.

A *Revista Estudos Feministas*, um dos periódicos feministas de maior prestigio do Brasil, editado pela Universidade Federal de Santa Catarina, como mostram Bruschini e Unbehaum (2002, p. 52), foi uma iniciativa de ex-bolsistas da FCC, a partir de um seminário de avaliação dos concursos da FCC, realizado em 1990 em São Roque (SP), projetou-se a revista a partir da afluência dos trabalhos na área. Mais tarde lançaram o Seminário Fazendo Gênero, hoje o maior seminário feminista internacional realizado no país, e para o qual acorrem os estudiosos latino-americanos além de europeus e norte-americanos. Iniciado em novembro de 1994, uma iniciativa do Programa de Pós-graduação em Literatura da UFSC.

A partir de 1980, foram fundados os primeiros núcleos estudos sobre mulher e gênero, em torno de vinte núcleos entre 1980 e 1990 – Núcleo de estudos sobre a mulher PUC-RJ (1980); Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher UFC (1981); Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher NEIM/UFBa (1983); Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher UFRS (1984); Núcleo de Estudos sobre a Mulher NEPEM/UFMG e Núcleo de Estudos sobre Gênero UFSC (1984); Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero NEMGE/USP (1985); Núcleo de Estudos Contemporâneos CIEC/UFRJ, Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher NEPEM/UnB e Núcleo de Assistência ao Autocuidado da Mulher NAAM/USP (1986); Grupo

de Trabalho Sexo e Relações de gênero/Núcleo de Documentação e Informação (1987); Grupo de Estudos da História da Educação da Mulher GEHEM/UFMG (1988); Núcleo Temático Mulher e Cidadania NTMC/UFAL (1989); Núcleo Nísia Floresta de Estudos e Pesquisa e Políticas sobre a Mulher e Relações Sociais de Gênero, NEPAM/UFRG, Gênero e Sociedade IUPERJ, Pagu Centro de Estudos do Gênero UNICAMP, Núcleo de Estudos sobre Gênero e Afetividade NEGA/UFMG, Grupo de Estudos de Educação e Relações Sociais de Gênero GEERGE/UFRGS e Núcleo de Estudos Teológicos da Mulher na América Latina NETMAL/IMS (1990).

Após 1990, as mulheres se organizaram em novas formas de ativismo. As pesquisadoras acompanharam as mudanças e propuseram novas formas interpretativas. Uma época em que os movimentos mostraram seu aprendizado durante os anos da ditadura, e ganharam espaço no Estado, propondo sua agenda por meio da representação em secretarias, ministérios, conselhos e comissões. "A intensa circulação de especialistas por diferentes espaços de atuação acadêmica – administração pública, ONGs e representação política – tem sido apontada como a principal razão dos sucessos alcançados pelos estudos de Mulher e Gênero" (Costa, 1994). Em estudo publicado por Avelar & Rangel (2017), mostrou-se tal circuito de representação extraparlamentar, um conceito que explica os ganhos das mulheres tanto no campo do avanço de leis quanto de políticas direcionadas à promoção da igualdade de gênero.

Nos demais países latino-americanos a história se repetiu. Em Largo (2017) e Barrancos e Archenti (2017), podemos ler o início dos ativismos e dos estudos sobre a mulher na Argentina e no Chile.

Na Argentina, desde o início do século XX, as mulheres "letradas" se organizaram para a conquista do voto, aprovado em 1932. Na primeira metade do século XX, mulheres socialistas, radicais, católicas liberais, anarquistas, se mobilizaram para a conquista da autonomia feminina. Com a chegada de Eva Perón ao poder, uma líder não feminista, inaugurou uma fundação com seu nome para atender mulheres e crianças. Foi no período ditatorial (1976-1983), com o desaparecimento de familiares, perseguidos e exilados, é que as mulheres se tornaram protagonistas das "Mãe da Praça de Maio". Com a redemocratização o feminismo se realizou nas várias organizações que enfatizavam duas grandes pautas: a violência doméstica e o reconhecimento político. Uma das maiores vitórias do movimento feminista e que se tornou referência para toda a América Latina foi a do projeto de reforma da legislação eleitoral iniciada em 1989, propondo um piso mínimo de mulheres nas listas eleitorais em lugares de destaque nas listas fechadas de

modo que possibilitasse sua eleição e garantindo assentos nas câmaras legislativas. Em um encontro suprapartidário em 1990 com representantes de partidos da União Cívica Radical, do Partido do Justicialista, do Movimento de Integração e Desenvolvimento, entre outros, conseguiram a assinatura da maioria dos senadores, e sua aprovação veio no final de 1991. Os movimentos continuaram atuando até que, em 2000, a lei foi declarada de ordem pública (Barrancos e Archenti, 2017). Hoje, segundo as autoras citadas, existem numerosos círculos de mulheres nas diferentes regiões do país. Ademais, o país é um dos que mais acumulam os departamentos de estudos sobre as mulheres e gênero, recebem pesquisadoras de todo o mundo, abrangendo temáticas variadas e integrando os esforços para o conhecimento. Na Argentina, em 1985, foi lançado a primeira Especialização dos Estudos sobre a Mulher na Faculdade de Psicologia da Universidade de Buenos Aires (Barrancos, em mensagem pessoal, fevereiro de 2018). O grupo pioneiro contava com Mabel Burin, Irene Meller e Gloria Bouder.

No Chile, como mostra Eliana Largo (2014 e 2017), o Movimiento Pro-Emancipación de las Mujeres de Chile (MEMCH), de 1935 a 1953, apenas conquistaria o direito ao voto. Só em 1980 teve início um movimento feminista como resposta às duas décadas de ditadura (1973-1989). Desde a década de 1970, vários grupos de mulheres – como o Hojas, Grupo de Reflexión, Asuma – se uniram para criar o Círculo de Estudios de la Condición de la Mujer, uma organização que promoveu enorme impacto na sociedade chilena, tanto que, em 1983, o jornal *El Mercurio* publicou uma nota paga pela Fiducia – Família, Tradição e Propriedade chilena –, chamando suas integrantes de pornô-revolucionárias. Mais tarde, organizaram o Centro de Estudios de la Mujer (CEM) e a Casa de la Mujer La Morada. Eliana Largo em *Calles Caminadas, Anverso y Reverso*, publicado em 2014, e em artigo resumido em 2017 (Blay & Avelar, 2017), nos oferece uma visão da importância do La Morada como espaço de formação de feministas e políticas por meio de atividades como cursos de capacitação, debates, informativos, rádios, juntamente com os protestos contra a ditadura. A primeira saída pública ocorreu em Santiago em 1983, sob a seguinte bandeira: Democracia Agora. Movimento Feminista. Os movimentos e ONGs multiplicaram-se a partir de 1983, assim como as reuniões regionais que se desdobrariam nas primeiras redes latino-americanas em oposição à violência contra a mulher e pela saúde das mulheres.

Importante mencionar que no primeiro governo da transição democrática criou-se um órgão denominado Servicio Nacional de la Mujer (SERNAM), em seguida fortemente criticado pelas feministas, em parte porque empregava fun-

cionários do governo Pinochet dos anos da ditadura, e em parte porque sua atuação era "familista" e destoante da autonomia pregada pelas organizações de mulheres. Uma polarização entre as "autônomas" e entre as "institucionais" quebrou o diálogo entre todas as vertentes e instalou-se a animadversão. As consequências vieram brecando o ritmo das conquistas, mas foi restabelecido após alguns anos, particularmente com a eleição de Michelle Bachelet para a Presidência.

4. ATIVISMO, TEORIA E MÉTODOS: UM DESAFIO AOS POSTULADOS METODOLÓGICOS CLÁSSICOS? E EM QUE MEDIDA PODEMOS FALAR DE UMA AUTONOMIA TEÓRICA E METODOLÓGICA DOS ESTUDOS SOBRE MULHER E GÊNERO?

■ Já em 1985, Costa, Barroso e Sarti propunham as seguintes questões para o debate sobre a natureza dos estudos sobre mulher: quais suas fronteiras? Seria um terreno de convergência entre diferentes disciplinas ou terra de ninguém? Qual o grau de elaboração dos estudos na construção do objeto? Qual era a sua identidade? Qual seria sua capacidade de institucionalização? O que seria desejável enquanto produção cientifica[15]? Seria possível "a construção de um *corpus* consistente de conceitos de mais alto grau de generalização e de adequação à realidade"? (Costa, Barroso e Sarti, 1985, p. 15).

Apontam ainda que a ausência de conexão entre pesquisa e ensino é um dos fatores que influenciava negativamente a reflexão sobre os fundamentos teóricos e metodológicos na área (ver Zerilli, 2006), além da fragmentação de dotações e a não institucionalização que impossibilitam a formação de equipes estáveis, com o objetivo de garantir continuidade e aperfeiçoamento na metodologia adotada, são alguns dos fatores que impossibilitam resultados acumulativos de excelência com aprofundamento teórico e metodológico. Embora os financiamentos isolados sejam meritórios, a experiência aponta para a constituição de projetos temáticos e cujas equipes possam avaliar seus resultados e apontar insuficiências (Sorj & Heilborn, 1999; Goldberg, 1989).

Já em trabalho recente (Woodward & Woodward, 2015), as autoras reafirmam as questões postas na década de 1980, que a atual área dos estudos de gênero é um desdobramento dos estudos sobre as mulheres e da política feminista que emergiu do ativismo dos anos 1970 e 1980/1990. E, do ponto de vista metodo-

15 Observam que, se as pesquisadoras formavam um gueto, isso teve algumas vantagens, como a formação de uma rede de solidariedade entre elas quando a área de estudos ainda sofria um déficit de reconhecimento.

lógico, o desafio de agir e explicar, teoria e prática, é parte de um mesmo projeto cujo objetivo foi e continua sendo a conquista de direitos diante das desigualdades estruturais das mulheres e de grupos de opção sexual diversa.

Se diferentes tradições teóricas disputam o espaço nas abordagens adotadas, tais como os princípios do liberalismo e do socialismo, os conflitos continuam frequentes e reforçados pelo seu caráter interdisciplinar dadas as especificidades das disciplinas que atuam juntas, como a Sociologia e a História, Antropologia e Ciência Política, Filosofia e Ética, Economia Política. Segundo Zerilli (2006), as críticas feministas criaram um diálogo a partir de um lugar de *outsideness* (1991), permeado por discordâncias internas, mas, sobretudo, crítico aos autores canônicos. Os métodos adotados são o resultado de conversas entre os campos diversos, tanto do lado empírico a partir das experiências vividas quanto do diálogo intelectual que se firmou internacionalmente na medida em que crescia a área de estudos, um edifício construindo-se *ad hoc*, mas que atravessou gerações.

As abordagens qualitativas são predominantes, tais como aproximações, métodos e técnicas etnográficas, entrevistas, observação participante (Denzin & Lincoln, 2012), devido à necessidade de acumular experiências de tal modo que fosse possível avaliar em que medida as incidências coincidiam com as desigualdades estruturais de cada sociedade (Woodward & Woodward, 2015)[16].

Para Harding (1986), a questão é como os valores feministas podem informar a pesquisa empírica? Se a metodologia é uma teoria e análise de como a pesquisa deve proceder, conforme a estrutura teórica de referência, é por essa via que serão decididos os procedimentos a serem adotados. Quanto à epistemologia feminista, ela não é um domínio estável, segundo Harding (1986), é de contestações e críticas. Denzin e Lincoln, em seu *Manual de investigações qualitativas* (2012), apontam o feminismo como um momento de teorização epistemológica, junto com a hermenêutica, o estruturalismo, a semiótica, a fenomenologia e os estudos da cultura. E, segundo Butler (1990), a teoria feminista contém muitos sujeitos, o que deve ser interpretado como um sinal de que retroceder aos cânones tradicionais é também tomar como referência teórica apenas a mulher, deixando de lado os universos paralelos dos gêneros excluídos do conjunto do conhecimento. Mesmo após os anos 1990, com o uso consensual do termo Estudos de Gênero, o feminismo continua sendo a perspectiva de referência, devido ao fato de que a área teve sua origem na identificação das mulheres como um grupo sub-represen-

16 Ver, em especial, as duas pesquisas do tipo *survey* em 2000 e 2011, coordenadas por Venturi e Godinho nas quais as questões incluídas no questionário abrangem os temas da violência, mercado de trabalho, atitudes e preconceitos (Venturi & Godinho, 2013).

tado. O que é válido para todas as categorias do Gênero. Daí que as publicações recentes dão conta do corpo conceitual que se tornou o centro dos estudos sobre mulher e gênero e cujas categorias são tomadas de forma ampla para incluir a diversidade que abarcam (Pilcher & Whelehan, 2016).

Um debate recente tem apontado como as ricas experiências latino-americanas vêm promovendo novas formas de colaboração e ativismo não contempladas nos países centrais. Em consequência, as críticas ao feminismo do Norte têm sido postas e sugerindo alterar as perspectivas adotadas. Thayer (2009) investigou a peculiaridade do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do sertão do Nordeste brasileiro em sua relação com a ONG urbana e de classe média fundada ainda na década de 1970 e inspirada no feminismo norte-americano. A sua conclusão é que suas peculiaridades jogam luz a outras formas de ativismo, o que leva a concepções não encontradas nos estudos fora da região. Como afirmam Costa (2013) e Matos (2010), as demandas das feministas do Sul são diferentes das feministas do Norte, que desfrutam de proteção social do Estado ou de níveis de riqueza muito mais alto. O mesmo ocorre com feminismo da nova geração, que vem mudando as agendas e promovendo novos temas, "ampliando o escopo das mensagens feministas com críticas ao feminismo tradicional".

5. POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO: ALGUNS RESULTADOS[17]

■ O que se alcançou a partir do quadro de convergências históricas delineadas anteriormente? Um dos resultados foi a eleição de três mulheres para a Presidência na América do Sul: Cristina Kirchner (Argentina), Dilma Rousseff (Brasil) e Michelle Bachelet (Chile). Ademais, em todos os países do continente foram criados organismos de políticas para as mulheres, apostando na promoção da igualdade e no desenvolvimento social e cultural (Avelar & Rangel, 2018).

No Brasil, em 2003, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva criou a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), uma unidade ministerial vinculada às demandas feministas. Suas ministras vieram de diversas áreas de militância e seu corpo de assessoria incluía mulheres do feminismo acadêmico, de antigos e novos movimentos, de ONGs feministas. As Conferências de Políticas para Mulheres (2004, 2007, 2011), se notabilizaram por um intercâmbio entre sociedade e

17 Aqui um breve resumo da pesquisa desenvolvida por Avelar & Rangel a ser publicada no livro: *Justiça de Gênero e Políticas Públicas*, São Paulo, Edusp, no prelo.

Estado. Dessas conferências foi elaborado entre 2013 e 2015 o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Outro avanço foi a conquista do "Orçamento Mulher", incorporado na agenda dos movimentos e redes feministas com o objetivo de pressionar os governos para destinar recursos para as políticas de igualdade de gênero. Desde os primeiros estudos sobre política fiscal e orçamentos sensíveis ao gênero (Sharp e Ray, 1990), ficaria evidente o olhar androcêntrico na formulação dos orçamentos públicos. Sem a influência das ONGs feministas sobre a burocracia estatal e representantes políticos, o Orçamento Mulher jamais chegaria à pauta da agenda pública.

Podemos reunir em quatro grandes categorias as Políticas Públicas de Gênero que foram implantadas entre os anos 2002 e 2016: a) as políticas relacionadas à Saúde Integral das Mulheres, direitos sexuais e reprodutivos, assim como as políticas de enfrentamento de todas as formas de violência contra a mulher; b) as políticas ligadas ao direito à autonomia e igualdade econômica e no mundo do trabalho tanto no campo como na cidade; c) as políticas ao direito de Participação e Representação; d) as políticas públicas relacionadas à economia do cuidado, à reprodução social (como o Bolsa Família).

Tais políticas foram implementadas graças à parceria da SPM com a SEPPIR e vários ministérios, em especial o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério do Desenvolvimento Social e algumas áreas do Ministério da Saúde.

a) Nas políticas relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos e saúde integral da mulher, e as políticas de enfrentamento de todas as formas de violência contra a mulher estavam incluídas: o Plano Integral de Saúde da Mulher (PAIM), para mulheres do campo e da cidade. A expansão de equipamentos da saúde; ampliação do atendimento clínico-ginecológico, distribuição de contraceptivos e atendimento à contracepção de emergência; o atendimento à interrupção da gravidez conforme os termos da legislação.

As políticas de Enfrentamento de todas as formas de violência, com um leque de políticas que envolveu mudança legislativa, envolvimento de ministérios, como o da Saúde e da Justiça, uma área com relação forte com as mulheres, que recebeu dotação orçamentária importante para o aumento do número de abrigos e de centros de atendimento às mulheres vítimas de violência no campo, na floresta, na cidade, notificação compulsória dos atendimentos e mudança nos parâmetros do atendimento, atendimento de saúde. Notar que as ONGs ampliaram o enfrentamento da violência contra membros da comunidade de lésbicas, gays,

bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT). Ampliou-se a rede de combate à violência contra as mulheres do campo e da floresta em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

b) As políticas que abrangem as ações para a conquista da autonomia e da igualdade econômica foram as seguintes: cursos profissionais voltados ao aumento da escolaridade (para todos, mas as mulheres compareceram em maior proporção); políticas de valorização do trabalho doméstico, incluindo o aumento real do salário mínimo; a construção de creches e pré-escolas; políticas para o trabalho das mulheres rurais e trabalhadoras da terra, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, promovendo a organização produtiva, a produção e distribuição. Aqui também se inclui a valorização do salário mínimo sendo que a legislação regulamentando o trabalho das domésticas foi aprovada em 2010. As políticas de enfrentamento do trabalho infantil doméstico. A construção de creches e pré-escolas para mães trabalhadoras.

c) As políticas para a democratização do poder com cursos de formação política para as mulheres, gestões junto aos corpos legislativos para o incremento de cotas que garantam assentos efetivos na representação substituindo as cotas para candidaturas nos partidos políticos.

d) Políticas relacionadas à economia do cuidado e reprodução social: aqui se incluem o Bolsa Família, cesta básica, Rede Cegonha, Brasil Carinhoso.

Em entrevista com participantes dos governos do período 2002 a 2016, e em especial com Tatau Godinho, assessora da Secretaria de Política para as Mulheres durante 12 anos, coletamos informações sobre as principais políticas de gênero que foram as mais bem-sucedidas no período examinado.

1. Uma das mais exitosas e que compreendeu uma verdadeira rede de política, envolvendo vários ministérios, foi a Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Segundo Godinho, instalou-se uma gama estruturada de políticas que compõem uma rede da política: mudança legislativa, envolvimento do Ministério da Justiça, a polícia, o setor de defesa, o Ministério da Saúde, o atendimento de saúde, e que durante todo o tempo manteve uma relação forte com as organizações de mulheres. (Entrevista de Tatau à autora e Patrícia Rangel, 2016, p. 11)

2. Outra política exitosa foi a das Conferências de Políticas para as Mulheres (2004, 2007, 2011), um empreendimento institucional, que reforçava a relação da SPM com os movimentos e ONGs de mulheres em níveis muito diversos, do nacional ao municipal, "o que funcionava como uma saudável pressão sobre o governo" (Godinho, 2017) e também sobre os governos municipais. A participação ficava no mínimo em torno de 3.300 mulheres (Bandeira, 2016).
3. Uma das mais importantes políticas para as mulheres foi voltada para as trabalhadoras rurais e mulheres da floresta, resultado de uma parceria entre a SPM e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que teve uma área forte de política para mulheres, com incentivos a novos métodos de organização. Gerou a Marcha das Margaridas, que trazia uma pauta diversificada das mulheres rurais.
4. A aprovação da legislação para as trabalhadoras domésticas é considerada a principal lei trabalhista dos governos democráticos.
5. A reformulação do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres que ampliou a representação das mulheres no Estado, dando assento às representantes dos movimentos, ONGs e entidades da sociedade civil.

As políticas públicas de gênero são políticas de governo. A máquina estatal irá implantá-las dependendo do governo de plantão. A criação de um ministério que funcionou durante 14 anos não foi suficiente para sedimentar uma visão feminista das instituições estatais. Por isso, as políticas de gênero não sobreviveram à mudança de governo em 2016.

Já no caso do Chile, no governo de Michelle Bachelet, uma grande conquista foi a reforma dos regimes de pensões: a presidenta organizou uma comissão, em 2006, para revisar o sistema privado de pensões e sugerir alterações a ele[18]. Como parte desse processo, foi aprovada a Pensión Básica Solidaria (PBS), que garante pensões para mulheres (dezoito meses de contribuição por criança) e aposentadoria para todos os cidadãos com mais de 65 anos, independentemente de terem trabalhado formalmente ao longo da vida – o que foi especialmente benéfico para as mulheres chilenas, particularmente as idosas, já que, por conta da maternidade, ingressaram tardiamente no mercado de trabalho. Ademais, vale lembrar que a reforma do sistema de pensões, assim como do sistema educacional, teve suas ações dificultadas pela concorrência e por interesses do capital privado implantado por

18 Comissão presidencial, comitê interministerial, projeto de lei submetido ao Congresso.

volta de 1981 sob o governo militar. A inserção do Chile nos mercados globais, explica Staab (2014), uma particularidade do governo chileno naquela década, faria com que fortes pressões recaíssem sobre os políticos no governo Bachelet contra a reforma no sistema de pensões.

Igualmente, no seu governo ampliou-se o número de creches, um pilar fundamental na agenda de proteção social. Estendeu a proteção a lactantes com filhos de até 2 anos e iniciou o programa Chile Crece Contigo, voltado para a atenção a crianças desde o nascimento até os 6 anos de idade. O programa busca garantir acesso à creche e à pré-escola gratuitamente para crianças de famílias pobres. Tais políticas vieram do Executivo sob a coordenação do Servicio Nacional de las Mujeres (SERNAM), modificado com a presença de assessoras que vieram do ativismo feminista (Staab, 2014).

No momento em que Bachelet assumiu a Presidência da República, o Chile possuía um dos índices mais baixos de emprego feminino da América Latina (32%). Em 2012, a taxa de emprego das mulheres já havia subido para 50%, segundo dados da Organization for Economic Cooperation and Development (OECD), 2015.

Bachelet compôs um quadro de assessoras que vieram do ativismo feminista, nomeou uma mulher, Helia Molina, para o Ministerio de Salud[19] e fez consultas constantes às organizações de mulheres para estabelecer as prioridades das políticas. Tudo que não requeria aprovação legislativa foi tomado como frente de programas da saúde da mulher, como a humanização do parto e a proteção à amamentação de crianças de até 2 anos de idade em espaços públicos. A grande exceção foi o tema do aborto, que não avançou, embora um dos eixos estratégicos no programa para a equidade de gênero fosse a autonomia na sexualidade e nas decisões reprodutivas.

Com o suporte do Consejo Consultivo de Mujeres e dos movimentos, implantou na rede hospitalar medidas de contracepção de emergência nos centros de saúde pública e garantiu acesso a contraceptivos de emergência para meninas com mais de 14 anos, medida polêmica que enfrentou a resistência da Igreja católica.

Apoiou um projeto de lei de combate à violência de gênero e ampliou o número de abrigos para vítimas de violência doméstica. A lei do feminicídio estabeleceu uma divisão policial especial para investigar com maior rigor casos de abuso e violência doméstica. A presidenta destinou o dobro de recursos para o orçamen-

19 Uma companheira de trabalho dos anos 1990 quando a própria Bachelet ainda ocupava esse cargo (Staab, 2014).

to desses organismos que seu predecessor, presidente Ricardo Lagos. Ela também fortaleceu uma lei anterior para combater o assédio sexual no ambiente de trabalho, oferecendo os recursos humanos necessários à implementação da norma.

O mandato de Bachelet também aprovou uma lei, em 2008, que garante salário mínimo aos trabalhadores domésticos – categoria composta majoritariamente por mão de obra feminina. Por outro lado, encontrou resistência em aprovar leis para reduzir a discriminação de gênero no mercado de trabalho. Conseguiu avançar, contudo, em 2009, quando uma emenda no Código del Trabajo incluiu a necessidade de reduzir a lacuna salarial entre mulheres e homens (que, segundo militantes feministas, não contém nenhum mecanismo de garantia de cumprimento de tal intenção).

Na Argentina, o programa AUH marcou uma nova etapa das políticas sociais. Criado em 2009 por decreto presidencial de Néstor Kirchner, ele providenciava inicialmente pouco mais de 50 pesos argentinos mensais por cada criança (até o máximo de cinco crianças), com a condição de manter as crianças frequentando a escola, com vacinas e atendimento médico em dia. Em 2011, a presidenta Cristina expandiu o programa, incluindo crianças de pais desempregados ou de baixa renda, mulheres grávidas e pessoas com deficiência, de qualquer idade. Em junho de 2014, a cobertura era de mais de 3.414.759 meninas e meninos, 82.531 mulheres grávidas e um total de 1.887.920 famílias. Em junho de 2015, houve um aumento, pagando-se por cada criança 837 pesos argentinos (Di Marco *et al.*, 2015). Graças a AUH, a pobreza extrema no país caiu de 6,9% para 2,8% (Tielemans, 2014, *apud* Jalalzai, 2015). Para alguns entrevistados (Jalalzai, 2015), essas medidas que enfocam as mulheres pobres seriam mais um traço populista do peronismo do que uma resposta aos grupos organizados de mulheres.

No campo das políticas sociais, atenção especial foi dada aos desempregados a partir do governo de Néstor Kirchner. Em 2002, foi instituído o Plan Jefes y Jefas de Hogar Desocupados. Em de 2003, havia 2 milhões de beneficiários, dos quais 67% eram mulheres. Os fundos vinham da Administración Nacional de la Seguridad Social (ANSES) e eram aplicados pelo Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social. Foi uma política com descentralização dos municípios em coordenação com as províncias, utilizando órgãos consultivos colegiados ou Consejos Consultivos provinciais, municipais e até representantes de bairros, com representantes governamentais e não governamentais.

Na Argentina, aponta-se como os grandes sucessos do primeiro mandato da presidenta Cristina Kirchner: 1) implementação de subsídio mensal para crianças; 2) modificações no Código Penal que introduzem a figura do feminicídio

(2012); 3) a legalização do matrimônio igualitário, que permite o casamento entre pessoas do mesmo sexo (a Argentina foi o segundo país nas Américas e o primeiro na América Latina a permitir o casamento entre pessoas do mesmo sexo, nos mesmos termos – direitos e deveres – que o matrimônio de casais heterossexuais, incluindo a possibilidade de adotar crianças); 4) a lei de identidade de gênero, uma das legislações de gênero mais liberais do mundo, por permitir que as pessoas mudem seu gênero em documentos oficiais sem a exigência de um diagnóstico de disforia e sem haver se submetido à cirurgia de readequação sexual (além de tornar obrigatório que médicos realizem terapia hormonal e cirurgia de redesignação sexual). Em 2008, baixou-se a lei para a Prohibición del Trabajo Infantil y Protección del Trabajo Adolescente. Em 2009, foi aprovada a equiparação de idade para contrair matrimônio. Em 2012, lei de prevenção e sanção para tráfico de pessoas e assistência a suas vítimas (Di Marco *et al.*, 2015).

Lúcia Avelar é graduada em Sociologia e Política pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Fez mestrado e doutorado em Ciências Sociais (Política) na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Realizou Pós-doutorado no Departamento de Ciência Política da Universidade de Yale (EUA). Foi bolsista Fernand Braudel no European University Institute. Professora na Universidade Estadual de Campinas e na Universidade de Brasília. Atualmente é pesquisadora associada no Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP) da Universidade Estadual de Campinas.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, MAIRA. Feminismo no Exílio e o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris. Dissertação de Mestrado. Campinas, UNICAMP, 2010.

ARCHENTI, N. Entrevista à autora, junho de 2017.

AVRITZER, L.; MILANI, C. & SOCORRO BRAGA, M. *A Ciência Política no Brasil: 1960-2015*. São Paulo, Editora FGV, 2016.

BARRANCOS, D. "Violência não excepcional em contextos excepcionais: a violência sob o terrorismo de Estado. Argentina: 1976-1983". In: BLAY, E.; AVELAR, L. & RANGEL, P. (orgs.). *Justiça de gênero e políticas públicas*. São Paulo, Edusp, no prelo.

BARRANCOS, D. & ARCHENTI, N. "Feminismos y derechos de las mujeres en la Argentina. História y situación actual". In: BLAY, E. & AVELAR, L. (orgs.). *50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile*. São Paulo, Edusp, 2017.

BASTOS, N. *Mulheres em armas: memória da militância feminina contra o regime militar brasileiro*. Monografia de conclusão de curso. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987.

BETTO, Frei. *O que é Comunidade Eclesial de Base?*. São Paulo, Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos)

BLAY, E. *Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista*. São Paulo, Ática, 1978.

BLAY, E. "Como as mulheres se construíram como agentes políticas e democráticas". In: BLAY, Eva & AVELAR, Lúcia (orgs.). *50 anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile*. São Paulo, Edusp, 2017.

BLAY, Eva. & AVELAR, Lúcia (orgs.). *50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile*. São Paulo, Edusp, 2017.

BRUSCHINI, C. & UNBEHAUM, S. (orgs.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas/Editora 34, 2002.

BUTLER, J. *Bodies that Matter*. Nova York, Routledge, 1993.

CANEDO, L. A Fundação Ford e as Ciências Sociais no Brasil: o papel dos programs officers e dos beneficiários brasileiros para a construção de novos programas científicos, 2016. Apresentado em *Social Sciences and Humanities in the Changing North-South*, Córdoba, 2015.

CARROLL, S. J.; ZERILLI, L. Feminist challenges to Political Science. In: FINIFTER, A. W. (org.). *Political Science: The State of the Discipline II*. Washington (DC), APSA, 1993.

COSTA, A. O. "É viável o feminismo nos trópicos?". *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 66, p. 63-69, ago. 1988.

COSTA, A. O. "Os estudos da mulher no Brasil ou a estratégia da corda bamba". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, n. especial, 1994.

COSTA, A. O. "Movimento feminista e estado: demandas, conquistas e desafios". Trabalho preparado para o *Seminário Internacional Fazendo Gênero*. Florianópolis, UFSC, 2013. (mimeo.)

COSTA, A.; BARROSO, C. & SARTI, C. "Pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto?". *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 54, pp. 5-15, ago. 1985.

COSTA, A.; MORAES, M. T.; MARZOLA, N. & ROCHA LIMA, V. *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

CRUZ, Rosalinda. "Imprensa feminista". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 2003.

D'ALAMBERT, Z. Introdução. In: *Os comunistas e a questão da Mulher: Igualdade, Emancipação, Libertação.* Novos Rumos, 1988.

DENZIN, N. & LINCOLN, Y. *El campo de la Investigación Cualitativa*. Barcelona, Gedisa, 2012.

DEZALAY, Y. & GARTH. *The Internalization of Global Palace Wars. Lawyers, Economists, and the Contest to Transform Latin America States*. Chicago/London, The University of Chicago Press, 2002.

EM BUSCA DE IARA. Documentário, 2013, Direção Flávio Frederico.

FRANCO DOS SANTOS, I. *Luta e perspectiva da Teologia da Libertação. 1980-2000*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2006.

FORJAZ, M. C. S. A emergência da ciência política acadêmica no Brasil. *RBCS*, vol. 12, n. 35, out. 1997.

GODINHO, Tatau. Entrevista dada a Lúcia Avelar e Patrícia Rangel. 2016.

GOLDBERG, A. "Feminismo no Brasil contemporâneo: o percurso intelectual de um ideário político". *BIB*, Rio de Janeiro, n. 28, pp. 42-70, 1989.

HARDING, S. *Feminism and Methodology in Social Sciences*. Indiana, Indiana University Press, 1988.

HEILBORN, M. L. & SORJ, B. "Estudos de Gênero no Brasil: 1975-1985". In: MICELI, S. (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo. Editora Sumaré, 1999.

JALAZAY, F. Women Presidents of Latin America: Beyond families ties. 2015. New York. Routledge Press.

KOREY, W. *Taking on the world repressive regimes: the FORD's Foundations International Human Rights*. Palgrave Macmillan US, 2007.

LARGO, ELIANA. 50 Anos de feminismo no Chile, texto e contexto. In: BLAY, E. e AVELAR, L. *50 anos de feminismo. Argentina, Brasil e Chile*. São Paulo, Edusp, 2017.

LEVY, D. Building the Third Sector: Latin America's Private Research Center and NonProfit Development. Pittsburgh, University of Pittsburgh, 1996.

LINZ, J. Totalitarian and authoritarian regimes. Boulder, Boulder Rienner, 2000.

MATOS, M. "Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global?". *Revista de Sociologia e Política*, v. 18, n. 36, pp. 67-92, 2010.

MATOS, M. "A institucionalização acadêmica dos estudos de gênero e feministas na ciência política brasileira". In: AVRITZER, L.; MILANI, C. & SOCORRO BRAGA, M. (orgs.). *A ciência política no Brasil. 1960-2015*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2016.

MATOS, M. & MARQUES, D. "Caminhos das discussões acadêmicas sobre o tema de gênero, mulheres e política: em que momento estamos?". *Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*, 2010.

MAIER, E.; LEBON, N. & ALVAREZ, S. *Women's activism in Latina America and Caribbean: engendering social justice, democratizing citizenship*. Nova Jersey, Rutgers University Press, 2010.

MAKLOUF DE CARVALHO, L. *Mulheres que foram à luta armada*. Rio de Janeiro, Globo, 1998.

MICELI, S. *A Fundação Ford no Brasil*. Sumaré, FAPESP, 1993.

MILANI, C. & SOCORRO BRAGA, M. (orgs.). *A ciência política no Brasil. 1960-2015*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2016.

MONTANO, SONIA. Que tipo de Estado? Que tipo de Igualdade?. *XI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe*, 2015. Nações Unidas e Secretaria de Política para as Mulheres. Brasília.

PEDRO, J. M. & WOLFF, C. (orgs.). *Feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Santa Catarina, Editora Mulheres, 2010.

PEREIRA, A. Ditadura e repressão o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, Chile e Argentina. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2010.

PILCHER, J. & WHELEHAM, I. *50 concepts in gender studies*. Londres, Sage Publications, 2004.

O'DONNELL, G. Modernization and bureaucratic authirirarianism: studies in South American politics. Berkeley: Institute of International Studies. University of California. 1973.

RANGEL, P. *Movimentos feministas e direitos políticos das mulheres: Argentina e Brasil*. Tese de doutorado. Brasília, Universidade de Brasília, 2012.

RANGEL, Patrícia. *A Câmara das Deputadas: um Panorama da Representação Parlamentar Feminina em Argentina, Brasil e Uruguai*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2008.

REIS, F. W. "*Huis clos* no Chile e ciência política no Brasil". In: AVRITZER, L.; MILANI,C; SOCORRO BRAGA, M: A Ciência Política no Brasil- 1960-2015. Ed. FGV. 2016.

RIDENTI, M. "As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo". *Tempo Social*, São Paulo, n. 2, v. 2, 1990.

RIOS, FLÁVIA & RATTS, A. *Lélia Gonzalez*. São Paulo, Summus, 2017.

SAFFIOTI, H. *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*. 3. ed. São Paulo, Expressão Popular, 1997.

SANTOS, W. G. *O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira*. Belo Horizonte, EDUFMG, 2003.

SARTI, C. "O feminismo brasileiro desde os anos 1970. Revisitando uma trajetória". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 12, v. 2, maio-ago. 2004.

SHAYNE, J. *Taking Risks: Activism and Research in the American Gender Society*, nov. 2014.

SOARES, L.; Fávero, O. (orgs.). *Primeiro Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular.* Brasília: MEC/UNESCO, 2009.

SHARP, R. e RAY, B. Women and governments budget. Australian Journal of Social Issues. V. 25, n. 1, 1990, p-1-14.

STAAB, S. & WEYLAN, G. *Gender, Institutionalism and Change in Bachelet's Chile*. Salamanca, ECPR, 2015.

STEPAN, A. *Authoritarian Brazil: origins, policies and future*. New Haven/Londres, University Press, 1973.

_____. *Estado, corporativismo e autoritarismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

SOOLCKE, V. Que tem a ver o Gênero com o parentesco? Cadernos de Pesquisa. Fundação Carlos Chagas. V. 14; n. 151, 2014.

THAYER, M. Making Transnational Feminism: Rural Women, NGO Activists, and Northern Donors in Brazil. Nova York, Routledge, 2009.

VENTURI, G. & GODINHO, T. (orgs.). *Mulheres brasileiras e gênero: uma década de mudanças na opinião pública*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo/Edições Sesc, 2013.

WAYLEN, G. "Informal Institutions, Institutional Change, and Gender Equality". *Political Research Quaterly*, v. 67, n. 1, p. 212-223, 2014.

WOLFF, C. "Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparadas no Cone Sul". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 54. 2007.

WOODWARD, K. & WOODWARD, S. Gender Studies and Interdisciplinarity. *Palgrave Communications*, 2015.

ZERILLI, L. Feminist theory and the canon of political thought. In: DRYZEK, J.; HONIG, B. & PHILLIPS, A. *The Oxford Handbook on political theory*. Oxford: Oxford University Press, 2006.